

EDITORIAL

Estamos apresentando o segundo número do volume 19 da Revista REDES, referente ao segundo quadrimestre de 2014. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste ano de 2014, essa é a terceira edição da Revista REDES. Após o primeiro número do volume 19, durante o mês de setembro publicamos um Número Especial, alusivo aos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, com artigos que resultaram de pesquisas dos professores e pesquisadores que constituem o corpo permanente de nosso Programa.

O lançamento do Número Especial da REDES ocorreu durante o “Seminário Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC – 20 anos”, que ocorreu nos dias 11 e 12 de setembro do presente ano e que contou com a presença, como conferencistas, de Sebastian Lentz (Institut für Länderkunde – Universität Leipzig, Alemanha), de Henrique Villa da Costa Ferreira (Centro de Estudos e Gestão Estratégicos – CGEE – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil) e de Victor Ramiro Fernández (Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina). Aproveitamos, nesse sentido, para agradecer a todos os conferencistas, aos debatedores nas mesas redondas organizadas e a todos que participaram do Seminário, que, no nosso entendimento, proporcionou um espaço de debate não somente sobre a história do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC, mas, acima de tudo, das políticas atuais de desenvolvimento regional. Registramos, além disso, com satisfação, que, como resultado do Seminário, foi elaborado um Manifesto, já encaminhado pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC a todos os (as) candidatos (as) à Presidência da República do Brasil, no qual é declarado que: “é cada vez mais evidente a necessidade de discussão e de aprofundamento do tema Desenvolvimento Regional no Brasil. Para todos que fazem a gestão, planejam e pesquisam os diversos territórios, é imprescindível uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; que “nestas condições e, considerando que estamos no período de transição para novos governos estaduais e federal no Brasil, os pesquisadores e planejadores reunidos no Seminário sugerem fortemente que a PNDR II, atualmente em análise na Casa Civil do Governo Federal, seja aprovada ainda no primeiro semestre de 2015”; e que se tem “clareza de que as políticas regionais têm amplitude em todo território nacional, respeitando a sua diversidade, e potencializam a ação coletiva dos atores, visando o Desenvolvimento Regional. Em sendo aprovada ainda em 2015, a Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II poderá ser explicitamente contemplada no PPA 2016/2019”.

O presente número da Revista REDES, dentro da tradição de reflexão e de debate que a Revista mantém desde a sua criação, vincula-se às preocupações manifestadas no Seminário alusivo aos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, socializando pesquisas e reflexões teóricas que contribuem para que a área do desenvolvimento regional mantenha representatividade nos diferentes espaços de discussão sobre desenvolvimento em nosso País.

O artigo de **Hervé Stecq**, *A construção do ator coletivo e a liderança organizacional em desenvolvimento regional: o caso da Stratégie Migraction no Quebec*, abre o número, analisando a construção do ator coletivo e da liderança organizacional em dinâmicas de desenvolvimento regional. Para o autor, durante as ações coletivas dedicadas ao desenvolvimento regional, engrena-se um processo de transição de uma liderança individual para uma liderança holística; cada uma das pessoas implicadas nas realizações coletivas interioriza objetivos comuns para, em seguida, comprometer-se na ação coletiva e identificar-se a valores compartilhados numa mesma organização. É desta maneira que o ator coletivo torna-se um todo coerente.

Na sequência, o artigo de **Prosper Habimana e Serge Côté**, *O desenvolvimento dos serviços estratégicos às empresas e o desenvolvimento econômico regional: o caso da região da capital nacional do Quebec*, analisa o papel dos serviços às empresas, mais particularmente os serviços estratégicos às empresas (SSE), no desenvolvimento regional. A partir do caso da região de Quebec, no Canadá, os autores discutem até qual ponto o desenvolvimento difere-se entre as localidades urbanas e as zonas rurais. Na região investigada, como em várias outras, os serviços em geral, e os serviços estratégicos às empresas em especial, concentraram-se no espaço metropolitano e têm uma presença mais tênue nas zonas rurais. Esta situação, para os autores, que apenas reflete o fosso industrial que existe entre os dois tipos de território, prejudica o desenvolvimento das zonas rurais. O potencial de inovação das zonas rurais, porém, não pode ser negligenciado, pois essas podem atrair serviços às empresas, além de serem territórios onde uma rede conveniente pode ser efetuada com parceiros estratégicos situados no núcleo metropolitano.

O terceiro artigo, *Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul*, de autoria de **Antonio Paulo Gargnin**, resgata as principais políticas públicas desenvolvidas para o recorte territorial da Metade Sul do Rio Grande do Sul nas duas últimas décadas, analisando os motivos que levaram a institucionalização desse recorte territorial e examinando as principais políticas públicas direcionadas à Região, com ênfase em seus instrumentos, resultados e repercussões territoriais. Destacando o Programa de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (RECONVERSUL) como um instrumento concreto a partir do qual se operou uma estratégia para a reconversão da Região, o autor identifica, ainda, os atores que protagonizaram o processo de proposição dessas políticas e como os mesmos atuaram em sua implementação.

O artigo de **Edson Trajano Vieira**, *Industrialização e as políticas de desenvolvimento regional: estudo do Vale do Paraíba Paulista no período de 1970 a 2000*, destaca que na história econômica do capitalismo, a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização; entretanto, com a internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa, a industrialização não resolveu o problema do subdesenvolvimento. Com esse pressuposto, o autor analisa a

relação entre industrialização e desenvolvimento e os limites das políticas públicas regionais, em especial, como ocorreu em escala regional no estado de São Paulo e, sobretudo, no Vale do Paraíba Paulista, após a Segunda Guerra Mundial. A partir do levantamento de séries de informações quantitativas históricas, o autor conclui que as políticas de desenvolvimento econômico no Vale do Paraíba tiveram êxito em relação ao crescimento econômico, mas falharam em relação ao processo de distribuição espacial da renda, com uma concentração ainda maior depois dessas políticas na década de 1970, por conta da redução do efeito de transbordamento para as demais áreas vizinhas. Essas conclusões autorizam o autor à afirmação de que, num mundo econômico cada vez mais global, a política de desenvolvimento regional deve ser repensada com ações que favoreçam as políticas endógenas, visando o atendimento das necessidades sociais locais.

Silvania Terezinha Moll e **Virgínia Elisabeta Etges**, em *Desenvolvimento socioeconômico do setor calçadista: uma empresa, duas regiões*, constataam que, com o fenômeno da globalização, as empresas brasileiras buscaram novas oportunidades de crescimento, mas, também, que, através de incentivos fiscais, os governos estaduais no Brasil promoveram uma competição visando atrair investimentos privados, num fenômeno que ficou conhecido como “guerra fiscal”. O artigo das autoras, nesse sentido, analisa o uso do território a partir do caso de uma empresa do setor calçadista, instalada em duas macrorregiões brasileiras, Sul e Nordeste, avaliando as repercussões da instalação de uma unidade de produção tanto na localidade receptora dos investimentos quanto junto aos trabalhadores que atuam na Sede da empresa.

O artigo de **Ivan Coriolano Barros Durand Junior** e **Roberto Mauro Dall’Agnol**, *A importância da gestão de projetos na captação de recursos para a administração municipal*, ao constatar que o Governo Federal adotou uma nova postura na liberação de verbas públicas para atender as demandas dos municípios, através da exigência da elaboração de projetos, analisa como os municípios têm se preparado para atender essa exigência. Através do estudo, desenvolvido na prefeitura de Xanxerê (estado de Santa Catarina), os autores concluem que a partir da formação de uma equipe multidisciplinar para a elaboração de projetos, o município investigado deu um grande salto na captação de recursos oriundos de convênios com os governos federal e estadual, aumentando significativamente o valor captado para investimentos.

Marília Matos Pereira Lopes e **Airton Cardoso Cançado**, em *Rede Social: um estudo de caso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) a partir da interação entre as incubadoras*, discutem se a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) é uma rede social. A partir de uma pesquisa que foi realizada com 82% das incubadoras que pertencem à Rede de ITCPs, utilizando-se de questionários e de entrevistas, os autores concluem que a Rede de ITCPs é uma rede social, indicando, porém, que a comunicação é um ponto fraco da rede atualmente.

No artigo *Evolução e convergência da produtividade do trabalho na agropecuária do Rio Grande do Sul, 1975 – 2006*, **Adelar Fochezatto** e **Valter José Stülp** analisam a convergência da produtividade do trabalho na agropecuária do Rio Grande do Sul. Utilizando-se de dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1975 e 2006, os autores observam que, no longo prazo, há uma tendência de um grande número de regiões migrarem para a classe de produtividade mais baixa e que as variáveis que influenciam a evolução regional da produtividade do

trabalho são de quatro categorias: substituição entre fatores de produção, tecnologia, tipos de produtos e desigualdade na distribuição da área dos estabelecimentos rurais.

Geraldo Moreira Bittencourt e **Marília Fernandes Maciel Gomes**, no artigo *Fontes de crescimento da produção de cana-de-açúcar no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*, avaliam os determinantes das variações na produção da cana-de-açúcar no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, entre os anos de 1990 e 2009, mensurando os efeitos área, produtividade e composição. Nos resultados do período analisado, os autores destacam a hipótese do maior rendimento médio da produção da cana-de-açúcar na região Sudeste e do padrão de crescimento da produção pelo fator área no Centro-Oeste. Por outro lado, no período de 2005 a 2009, em que as duas regiões em análise apresentaram as maiores taxas de crescimento da produção de cana-de-açúcar, o efeito composição foi o que revelou os valores mais expressivos, mostrando que a expansão da produção da cana nessas regiões vem ocorrendo, principalmente, pela substituição por terras de outras culturas menos rentáveis.

O artigo *Inovação e agricultura familiar rural na Amazônia: o caso da mandioca no estado do Acre*, de **Raimundo Cláudio Gomes Maciel** e **Francisco Bezerra de Lima Junior**, sugere que o emprego de novas tecnologias voltadas para o aumento da produção no campo configura-se como uma questão primordial para a viabilização econômica dos produtores familiares rurais da região amazônica, especialmente aqueles que produzem mandioca no estado do Acre, uma das principais e mais importantes culturas produzidas naquele estado. A partir dessa sugestão, os autores analisam o emprego de tecnologias na produção de mandioca no Acre, bem como os coeficientes técnico-econômicos da produção de mandioca, discutindo, ainda, alternativas para a superação dos entraves para um melhor desempenho econômico dessa cultura. O artigo é resultado de uma pesquisa ("Análise Socioeconômica dos Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre") que desenvolveu uma metodologia específica para este tipo de produção, a partir dos levantamentos de campo realizados. Os resultados da pesquisa indicaram que a produção de mandioca no estado do Acre sofre com a ausência de tecnologia adequada para o emprego da cultura da mandioca, evidenciado pela baixa produtividade e pelos altos custos de produção, o que pode ser corrigido com adequada política de fortalecimento do setor.

Na sequência, o artigo de **Carlise Schneider Rudnicki**, **Paulo DabdabWaquil** e **Chaiane Leal Agne**, *As diferentes faces da confiança na produção do tabaco no Rio Grande do Sul: a relação dos agricultores com os orientadores técnicos agrícolas*, ao constatar que, no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, na região do Vale do Rio Pardo, o tabaco é uma fonte de renda dos agricultores e de famílias carentes, analisam a relação de confiança que se estabelece entre o produtor de tabaco e o instrutor técnico agrícola. A partir da aplicação de 142 formulários de pesquisa junto a produtores de tabaco nos municípios de Dom Feliciano, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, o estudo aponta níveis de confiança similares nos três municípios (69,7%, 63,3% e 64,6%, respectivamente), identifica que há relação direta entre confiança no orientador e integração e aponta que a informalidade, concretizada na figura do orientador técnico, gradativamente está sendo substituída pelos contratos formais, ainda que a informalidade expressa pelas relações de parentesco e amizade seja pertinente para a consolidação da confiança.

Alfredo Celso Fantini, Vanessa Matias Bernardo e Antônio Carlos Alves, no artigo *Do incentivo à criminalização: os termos de ajuste de conduta na orizicultura em Santa Catarina*, assinalam que, em Santa Catarina, os Termos de Ajuste de Conduta (TACs) vêm ganhando espaço como estratégia para garantir, na zona rural, a recuperação de áreas de preservação permanente, principalmente as matas ciliares. No caso dos plantadores de arroz, essa situação é, no mínimo, discutível, pois os agricultores antes incentivados pelo Estado a usarem para a produção toda a área de várzea, até o limite dos rios, são obrigados agora a recuperarem a vegetação ciliar “que nunca deveria ter sido suprimida”. Ignorando a complexidade da questão, o Ministério Público adotou o comando e o controle para resolver “o problema” e, passados três anos, quase nada aconteceu na prática. Assim, no artigo, os autores se utilizam de uma abordagem sistêmica para compreender a situação-problema e apontar encaminhamentos para a sua melhoria. O estudo de caso realizado no município de Jacinto Machado (Santa Catarina) revelou que a mata ciliar é só mais um elemento de um complexo sistema de interesses, onde fatores sociais, culturais, ambientais e econômicos interagem dinamicamente; apontou, ainda, a necessidade de uma aproximação entre os interessados na situação-problema para tornar possível uma acomodação entre as diferentes visões de mundo dos envolvidos.

O artigo de **Matias Felipe Eidelwein Kraemer e Lovois de Andrade Miguel**, *Transformações históricas e diferenciação dos sistemas agrários: as estratégias de reprodução socioeconômica entre as famílias quilombolas de Morro Alto (Maquiné/RS)*, descreve e analisa as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica adotadas ao longo das transformações históricas e diferenciação dos sistemas agrários na região que circunscreve o território ocupado pela comunidade quilombola de Morro Alto (Maquiné/RS). Partindo da revisão bibliográfica, da leitura da paisagem e dos relatos dos quilombolas acerca de seus atuais sistemas de produção, os autores procuram delinear uma tipologia social, para então realizar uma discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento do território quilombola em processo de regularização fundiária. O estudo realizado permitiu seis tipos sociais que diferenciaram suas estratégias de reprodução socioeconômica ao longo do tempo e conclui que o desenvolvimento territorial passa pela articulação de uma série de atores e atividades multissetoriais, a partir da regularização fundiária e da possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento territorial focado nas perspectivas das famílias quilombolas.

Por fim, o artigo de **Flavio Numata Junior e Décio Estevão do Nascimento**, *Uma tipologia urbana com as dimensões da era do conhecimento*, propõe uma tipologia urbana com as principais características de cidades que orientam seu desenvolvimento por estratégias de inovação e internacionalização. O artigo apresenta um estudo prospectivo urbano, o Projeto Curitiba 2030, e, ao final, a proposta de uma tipologia de cidades com potenciais para vivenciar a competitiva dinâmica urbana contemporânea.

Desejamos uma boa leitura para todos, alimentando a expectativa de que a socialização dos artigos publicados possa instigar cada vez mais o debate sobre o desenvolvimento regional e reafirmando nosso compromisso, nesse período eleitoral, com a mobilização em favor da aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento II ainda no primeiro semestre de 2015.

Virgínia Elisabeta Etges e Marco André Cadoná
Editores.